Jornal da apubh

Informativo do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros • Ano 4 • Nº 12 • Maio de 2008

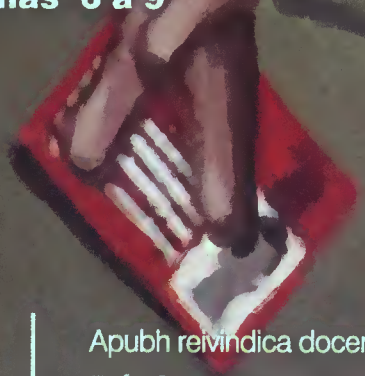
A.P.U.B.H
Correios

Devolução Garantida
Correios

# PM invade UFMG

## e quebra autonomia universitária

Páginas 6 a 9



**Campanha salarial:** uma vitória da negociação
**Páginas 4 e 5**

Apubh reivindica docentes no Conselho Universitário
**Página 12**

# Balanço de uma gestão

**Mais uma gestão** chega ao fim. É hora do tradicional balanço do trabalho realizado. Acreditamos que esta tenha sido uma gestão conduzida com muita garra, coragem e sabedoria, que acabou por conduzir o movimento docente da UFMG a uma grande vitória.

Estamos prestes a completar um ano da existência do sindicato local. No dia 10 de maio de 2007, por decisão histórica e incontestável dos professores presentes a uma assembléia extraordinária, a Apubh foi transformada em Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros.

Esta transformação nos libertou das amarras de uma entidade criada por nós como instrumento de combate à ditadura, mas que, infelizmente, foi transformada por políticas equivocadas em uma entidade distante dos nossos interesses. Há muito, os docentes da UFMG já não se sentiam representados por aquela entidade.

A despeito do temor de muitos, não nos isolamos do cenário nacional. Contrariamente a isso, nos fortalecemos, juntamente com o Proifes. Os anos de 2006 e 2007 provaram que é possível atingirmos conquistas salariais, sem a utilização do desgastado e desgastante instrumento legítimo chamado greve. No ano de 2006, conquistamos a tão sonhada criação da classe de professor associado, além de um reajuste que trouxe um ligeiro ganho salarial para os docentes de todas as classes. Após muitos meses de negociação, demonstramos, juntamente com o Proifes, a nossa capacidade de negociação, e conseguimos assinar um termo de acordo com o Governo Federal. E este acordo nos garante a incorporação da GAE, a transformação da GED em gratificação fixa, com valores iguais para ativos e aposentados; ganhos reais para docentes de todas as classes, em níveis a serem implementados em 2008, 2009 e 2010, e a tão sonhada equiparação salarial entre os professores dos ensinos superior e básico.



É verdade que estes reajustes ainda não nos foram garantidos, uma vez que o instrumento legal para a sua concessão ainda não foi enviado ao Congresso. No entanto, estamos lutando para a promessa de publicação de uma medida provisória ser cumprida e, junto com o Proifes, estamos mobilizados para garantir o pagamento dos reajustes o mais rapidamente possível.

Dentro da UFMG, lutamos arduamente para garantir que a progressão de 'adjunto 4' para 'associado 1' não fosse transformada em algo mais inatingível que a aprovação em concurso para professor 'titular'.

Da melhor maneira possível, procuramos expressar a oposição da grande maioria dos professores da UFMG ao plano de adesão ao Reuni apresentado pela Reitoria, informando as inconsistências e incoerências contidas na proposta da universidade.

Mais recentemente, não nos calamos e não nos calaremos diante da invasão da PM ao sagrado campus da UFMG. Defenderemos sempre a autonomia da universidade. Esperamos que você seja mais um a cerrar fileira junto a nós nesta nossa luta.

**Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros - Apubh**
**Gestão 2006-2008**
Rua Arthur Itabiarano 70, São José - Pampulha - Cep 31275 020 - Tel.: 3441-7211 Fax: 3441-1303 - www.apubh.org.br - apubh@apubh.org.br
**Diretoria Executiva** • **Presidente:** Robson Mendes Matos **1º Vice-presidente:** Giovane Azevedo **2º Vice-presidente:** Otávia Fernandes Souza Rodrigues **Secretário-geral:** José Lopes de Siqueira Neto **Vice-secretário-geral:** Débora Torres Mendes de Oliveira **Diretor de Finanças:** José Eduardo Borges Moreira **Vice-diretor de Finanças:** Armando Gil Magalhães Neves **1º Suplente:** Bruno Rabelo Versiani **2º Suplente:** Janetti Nogueira de Francisch
**Diretorias Setoriais** • **Política Educacional:** Paulo Roberto Antunes Aranha, Flavio Orlando Plentz Filho, Geová José Madeira, Adriana Campos Silva ,José Luiz Borges Horta **Ciência e Tecnologia:** Ione Maria Ferreira Oliveira **Política de Ensino Básico e Profissional:** Myriam Tavares Pereira, Cleber Paulo Verdolim **Diretoria de Política Cultural:** Fernando Antônio de Melo, Ivana Versiani Galery **Etnia, Gênero e Classe:** Dalmir Francisco, Maria Aparecida Moura **Hospitais Universitários:** Rosangela Carrusca Alvim, Mauro Ivan Salgado, Maria Aparecida Martins, Itamar Tatuhy Sardinha Pinto **Política Sindical:** Eglea Maria da Cunha Melo, Paulo Marcos Ferreira

**Jornal da APUBH**
**Comissão Editorial:** Robson Mendes Matos, Otávia Fernandes Souza Rodrigues, José Lopes de Siqueira Neto, José Eduardo Borges Moreira, Dalmir Francisco, Fernando Antonio de Melo. **Criação e produção editorial:** Duplo Ofício Comunicação Editora **Tel:** (31) 3283-4469 - duplooficio@duplooficio.com.br **Editor e jornalista responsável:** Ronaldo Monteiro Almeida RP MG 02697 JP/Cais Comunicação Integrada de Marketing – 31-3223-0736 – caiscomunicacao@caiscomunicacao.com.br **Projeto gráfico:** Saturnino Rodrigues e Daniel Gomes. **Editoração e ilustrações:** Daniel Gomes

# Progressão Horizontal
# É hora de subir mais um degrau

Caro colega docente!

A criação da classe de professor associado é, sem sombra de dúvidas, uma das mais importantes conquistas nossas nos últimos anos. E a Apubh foi a primeira a defender a criação de uma nova classe.

No dia 1º de maio, completaram-se dois anos da ascensão à classe de professor associado nível 1. Portanto, é chegada a hora de serem feitos os pedidos para a progressão ao nível 2 desta nova classe.

Os professores que ainda não fizeram o seu pedido deverão fazê-lo o mais breve possível junto a Apubh. Ele será retroativo à data em que se completa dois anos no nível 1, caso o pedido seja feito anteriormente a esta data; caso contrário, será retroativo à data da solicitação.

## EDITAL CONJUNTO DE CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES PARA A DIREÇÃO GERAL, PARA O CONSELHO DE REPRESENTANTES E PARA O CONSELHO FISCAL DO SINDICATO DOS PROFESSORES DE UNIVERSIDADES FEDERAIS DE BELO HORIZONTE E MONTES CLAROS – APUBH

**O SINDICATO DOS PROFESSORES** DE UNIVERSIDADES FEDERAIS DE BELO HORIZONTE E MONTES CLAROS – APUBH, pessoa jurídica de direito privado com sede em Belo Horizonte, MG, na rua Artur Itabirano nº 70, bairro São José/Pampulha, por intermédio de sua Diretoria Executiva, convoca todos os seus associados com direito a voto, na forma do Artigo 70 do seu Estatuto, para as eleições da Direção Geral, do Conselho de Representantes e do Conselho Fiscal da entidade, mandato do biênio 2008/2010; a se realizarem em processos eleitorais distintos e concomitantes nos dias 04 e 05 de junho de 2008 (quarta e quinta-feira), no horário de 9 às 18 horas, nas mesas coletoras de voto instaladas nas seguintes unidades do Campus Pampulha (Av. Antônio Carlos 6627 - Pampulha - Belo Horizonte – MG): Escola de Música; Escola de Belas Artes; Escola de Ciência da Informação; Faculdade de Farmácia; Escola de Educação Física e Terapia Ocupacional; Escola de Engenharia; Escola de Veterinária; Faculdade de Educação; Faculdade de Letras; Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; Instituto de Ciências Biológica; Instituto de Ciências Exatas; Centro Pedagógico; Reitoria; Faculdade de Odontologia; Instituto de Geociências; Colégio Técnico; Faculdade de Ciências Econômicas; nas seguintes unidades no Centro: Escola de Engenharia (Av. Contorno 842, Centro, Belo Horizonte – MG); Escola de Engenharia (Rua Espírito Santo 35, Centro, Belo Horizonte – MG); Escola de Arquitetura (Rua Paraíba 697, Funcionários, Belo Horizonte – MG); Faculdade de Medicina (Av. Alfredo Balena 110 - Campus Saúde, Belo Horizonte – MG); Escola de Enfermagem (Av. Alfredo Balena 190 - Campus Saúde, Belo Horizonte – MG); Faculdade de Direito (Av. João Pinheiro 100 - Centro, Belo Horizonte – MG); Teatro Universitário (Rua Carangola 300, Santo Antonio, Belo Horizonte – MG), na unidade de Montes Claros: Núcleo de Ciências Agrárias (Av. Osmani Barbosa S/N - Bairro JK, Montes Claros – MG) e na sede do sindicato. A inscrição das chapas concorrentes deve ser feita mediante protocolo na Secretaria Geral do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros – APUBH, no endereço mencionado no preâmbulo, até o dia 05 de maio de 2008 (segunda-feira), de 9 às 18 horas, observadas as exigências e formalidades previstas no Estatuto da entidade

Belo Horizonte, 15 de abril de 2008.
Diretoria Executiva do Sindicato dos Professores
de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros

# Campanha Salarial de 2007

## Um exemplo de negociação e ganhos importantes para os docentes das Ifes

**A campanha salarial** dos docentes da Ifes de 2007 mostrou, mais uma vez, uma postura firme, decidida e, ao mesmo tempo madura, por parte do Fórum dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior - Proifes, nas negociações com o Governo Federal.

As metas do movimento foram definidas no III Encontro Nacional do Proifes, em julho de 2007, e visaram reestruturar as carreiras pela valorização do mérito acadêmico e elevação dos degraus entre as classes de adjunto, associado e titular. O objetivo era estimular e recompensar a progressão do professor e buscar a convergência entre as carreiras dos ensinos básico e superior.

As reivindicações prioritárias foram reposição da inflação, desde o último reajuste, para todos os docentes; definição de novas tabelas salariais para a remuneração se constituir em uma parcela única; isonomia remuneratória entre ativos, aposentados e pensionistas, e também entre docentes do ensino básico e superior, de classe e nível similares, de mesmo regime de trabalho e mesma qualificação. E mais: correção de distorções na Lei 11.344/06 para compensar os prejuízos aos docentes aposentados pela nova forma de cálculo dos benefícios das leis 8112/90 e 1711/52; extinção da GAE, GED, GEAD e VPI, a serem englobados nas novas tabelas; o fim da discriminação de aposentados e pensionistas, e o reajuste dos salários, com forte elevação dos tetos das carreiras.

### Mesa Setorial

No dia 9 de agosto foi instalada a 'Mesa Setorial' no Ministério do Planejamento e Gestão – MPOG, com participação do MEC, Proifes e da Andes. As reuniões se estenderam por quatro meses e, inicialmente, trataram das reivindicações dos docentes do ensino superior e tiveram a presença da Central Única dos Trabalhadores. Em 23 de agosto, o Sinasefe reivindicou e também passou a participar das negociações.

A proposta do Proifes para as novas tabelas salariais foi considerada positiva pelo Governo, que, entretanto, ressaltou a necessidade de se encontrar alternativas para sua viabilização, devido a sua "falta de solidez jurídica". A reivindicação da Andes sobre o assunto foi considerada "totalmente fora do horizonte de possibilidades" pelo seu forte impacto nas contas do governo. Diante do impasse, o MPOG acatou sugestão do Proifes de reuniões técnicas para a solução dos obstáculos legais.

No terceiro encontro técnico da Mesa, em 18 de outubro, o MPOG apresentou proposta para os docentes do ensino superior, que incluía novo vencimento básico e incorporação, já em março de 2008, da VPI de R$ 59,87 e da GAE, considerada como 160% do VB, mas sem os incentivos à titulação, a serem desvinculados do VB. Constava ainda a instituição de nova gratificação por avaliação, diferenciada por docente, em função de avaliação individual de desempenho – 20% do total, e de avaliação institucional – 80% do total. O Governo ainda propôs aumento do ponto da gratificação de desempenho, em março de 2008, julho de 2009 e julho de 2010, para um reajuste da remuneração total, além do incremento do novo VB, em 2010. Na ocasião, não concordou em conceder a GED plena aos aposentados, mas aceitou o princípio da valorização da carreira proposto pelo Fórum.

### Aposentados

O Proifes rejeitou o "tratamento discriminatório aos aposentados", exigiu GED plena para todos os docentes e foi contra a gratificação de desempenho nos moldes propostos, por entender que, no âmbito das IFES, a avaliação deve ser acadêmica e a remuneração vinculada à progressão.

A entidade defendeu a manutenção da vinculação dos incentivos à titulação ao VB e a retomada do debate das reivindicações dos docentes do ensino básico.

- As negociações posteriores foram tensas, pois o Proifes rejeitou a quebra de paridade entre ativos e aposentados e a retomada do caráter avaliativo de gratificações, disse o presidente da Apubh, Robson Matos, participante das negociações em Brasília, na condição de vice-presidente do Fórum.

Como resultado desta posição, em 20 de novembro, o Governo apresentou nova proposta, com mudanças significativas em relação à anterior, mas ainda apenas para o ensino superior – desistiu de instituir a gratificação de desempenho diferenciada por docente, em função de avaliação individual e institucional; manteve a incorporação da VPI e da GAE e aceitou a paridade entre ativos e aposentados, ponto colocado como inegociável pelo Proifes.

As tabelas de remuneração total para março de 2008, julho de 2009 e julho de 2010, propiciavam a reposição da inflação para quase todos os docentes – alguns valores, contudo, precisavam ser corrigidos e, em muitos casos, ainda recuperavam, parcialmente, perdas passadas, em especial para professores associados, titulares e aposentados. A proposta contemplava a valorização da carreira acadêmica, com significativa elevação do poder aquisitivo real do teto salarial dos docentes.

### Decisão

Em reunião nacional, ao considerar que a proposta do governo, apesar de diversas limitações, atendia a boa parte das reivindicações, o Proifes e a CUT decidiram pela assinatura de Termo de Acordo, desde que referendada pelos docentes das IFES, em consulta eletrônica, aberta a partir de 26 de novembro. Mais de 4 mil professores filiados de 34 Ifes se manifestaram, com 93,1% dos votos a favor; 5,5% contra e 1,4% de abstenções.

No entanto, o Fórum reivindicou a continuidade dos debates para outros pontos em negociação, como a correção de distorções nas tabelas e da forma de cálculo das vantagens, para eliminar prejuízos aos aposentados pela Lei 11.344/06; os incentivos à titulação; o esforço das partes para aprovação e sanção da norma legal, de sorte que os efeitos financeiros da proposta ocorressem a partir de março/2008, sem necessidade de retroativos; a continuidade das discussões para as demandas dos docentes do ensino básico; a instalação, em março de 2008, de Grupo de Trabalho com MPOG e MEC, e presença do Proifes para discutir a reestruturação das Carreiras de Magistério Federal, e a transformação da GED em gratificação fixa.

Assim, em 5 de dezembro de 2007, a entidade assinou o Termo de Acordo do ensino superior e também Termo de Compromisso relativo ao ensino básico, para reestruturar a Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus e rever a tabela remuneratória respectiva, a fim de aproximá-la do acordo do ensino superior.

### CPMF

Em dezembro de 2007, o fim da CPMF gerou um clima de grande incerteza sobre o cumprimento dos acordos firmados com o Governo, pois implicaria em cortes no orçamento Federal. Assim, a Andes, não signatária do Termo de Acordo, protocolou junto ao Governo documento em que não reconhecia a validade do acordo assinado pelo Proifes e pediu a 'reabertura das negociações'.

– Esta manobra irresponsável e de altíssimo risco poderia ter anulado os ganhos alcançados nas difíceis negociações do Proifes com o Governo, disse Robson Matos. Por isso, o Fórum enviou ofício ao MEC e MPOG para a manutenção do acordo, no que foi respondido de pronto pelo titular da Secretaria da Educação Superior - SESu, Ronaldo Mota. "Entendemos estar plenamente em vigor o Termo de Acordo firmado entre PROIFES-CUT e MEC-MPOG."

Dentro da busca de soluções para o cumprimento do acordo, diretores do Proifes e da Fasubra foram recebidos pelo ministro Paulo Bernardo, que ressaltou a necessidade de se repactuar prazos para o cumprimento do acordo. No entanto, os diretores cobraram e o ministro concordou que, em caso de repactuação, o montante total negociado para 2008, 2009 e 2010 teria que ser mantido, com as devidas compensações.

Em 20 de março, foi acertada proposta em que a incorporação da GAE não se daria naquele mês, mas em fevereiro de 2009, com a compensação da antecipação da segunda parcela do reajuste, de julho de 2009 para fevereiro de 2009; extinção da GED com nova gratificação fixa; elevação das remunerações para docentes com mestrado, DE – em 2008 e 2009, e para regime de 40h – em 2010, de diversas classes, níveis e titulações – corrigindo distorções apontadas pelo PROIFES nas tabelas. E mais: redução do peso das gratificações na remuneração total – exemplo: um professor 'associado 1' recebe hoje mais de 75% sob a forma de gratificações; em 2010, esse percentual cairá para 10,6%.

Até o fechamento desta edição do Jornal da Apubh, não havia novas informações sobre concessão de reajuste na forma de envio de projeto de lei ou medida provisória ao Congresso. Diante deste impasse, a diretoria da Apubh continua atenta e informará de imediato aos associados o trâmite a ser decidido. Ao mesmo tempo, continuará a negociar uma definição do Governo, junto com o Proifes, a CUT e as entidades dos servidores públicos que assinaram os acordos, para garantir a edição de uma MP que conceda o reajuste.

*Leia mais na página 12*

### Ensino Básico

Os docentes do ensino básico também aguardam o envio de MP ou PL ao Congresso sobre o acordo de 20 de março, assinado pelo Proifes e pela CUT, por considerar que o Governo aceitara a reivindicação para rediscutir as distorções do ensino básico e superior apontadas pela entidade. Ao mesmo tempo, sem assinaturas nesta data, o Governo encerraria as negociações com os atuais ocupantes da carreira de 1º e 2º Graus e enviaria medida ao Congresso para criar novas carreiras apenas para ingressantes em concursos posteriores nós IFETs. Por solicitação do Sinasefe, foi estendida a inclusão de novos nomes até 4 de abril, quando o sindicato assinou o acordo.

- Este longo e desgastante processo de negociação entre Governo e docentes das Ifes demonstra o acerto da estratégica adotada pelo Proifes e pela CUT, junto com a Bancada Sindical, para a constituição do Sistema Nacional de Negociação Coletiva, diz o presidente da Apubh, Robson Matos. Resta ainda pressionar o Governo para que envie instrumento ágil ao Congresso Nacional, para, efetivamente, concretizar as negociações finalizadas, e acompanhar com o devido cuidado, naquela Casa, os respectivos encaminhamentos.

### Os principais pontos a se destacar no acordo para o ensino básico são os seguintes:

As tabelas serão parte do acordo e calculadas pelo consenso estabelecido, inclusive, as ponderações do Proifes relativas ao ensino superior – parâmetro remuneratório para o ensino básico:

- A partir de julho de 2008, haverá isonomia entre remuneração total e VB dos docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Ensino Superior com classe e nível equivalentes, igual titulação e mesmo regime de trabalho
- A carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico será implantada em julho de 2008
- A classe D4, com nível único, na qual serão enquadrados os atuais professores da Classe Especial, será equivalente, em termos de estrutura da carreira, a de 'associado 1' no ensino superior. As remunerações dos docentes da classe D4, que possuam mestrado ou doutorado, serão equiparadas às da classe Associado 1; os que têm graduação, aperfeiçoamento e especialização serão equiparados aos Titulares do ensino superior, de igual qualificação acadêmica
- Serão incorporados a GAE e o VPI ao VB, a partir de julho deste ano
- O Termo de Adesão será discutido com os signatários do Termo de Acordo, antes do envio do instrumento legal que instituirá a nova carreira – os docentes terão 90 dias para fazer a opção
- Será discutida a viabilidade de implantação do banco de professores equivalentes para a rede de educação básica, técnica e tecnológica
- Será formalmente instalado, com participação das entidades signatárias, em abril de 2008, o GT para discutir a Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
- Será debatida, em reuniões técnicas, a forma de cálculo das vantagens do Artigo 192 da Lei 8.112/90 e Artigo 184 da Lei 1.711/52, para evitar prejuízo a aposentados e pensionistas
- Será estabelecida Mesa de Negociação específica com as entidades representativas dos docentes dos colégios militares e dos ex-territórios.

apubh Jornal da

# Quebra de autonomia

## Polícia Militar invade a UFMG e agride estudantes

**Passados 31 anos** da invasão da Escola de Medicina da UFMG pela Polícia Militar, durante o 3º Encontro Nacional de Estudantes, a PM volta a reprimir estudantes dentro do campus. O dia 3 de abril passará para a história desta universidade, da mesma forma que o dia 4 de junho de 1977. Em ambas as datas, mantidas as proporções, houve a utilização de violência e prisões, em um local onde não se esperava haver repressão a qualquer ato de liberdade de expressão.

Não pretendemos fazer juízo de valor, muito menos condenar qualquer indivíduo sem a completa apuração dos fatos. Entretanto, não iremos nos calar diante do ocorrido e das conseqüências decorrentes deste evento. Consideramos a entrada da Polícia Militar no campus da UFMG, da forma que ocorreu, uma afronta ao espírito universitário e à autonomia da universidade.

Acreditamos na palavra da Magnífica Reitora em exercício, professora Heloisa Starling, quando disse que não chamou ou autorizou a entrada da Polícia Militar. Todavia, esperava-se muito mais do que uma simples declaração eximindo-se da responsabilidade pelo ocorrido. Esperava-se, que a Reitora em exercício cumprisse o seu papel de defender a autonomia universitária, garantida constitucionalmente.

Há de se elogiar a presteza na formação de uma comissão de sindicância, nomeada logo no dia seguinte, para apurar as responsabilidades. Entretanto, muito mais salutar à democracia e ao espírito universitário teria sido a convocação, para o dia seguinte, de uma reunião extraordinária e emergencial do Conselho Universitário. No entanto, a reunião ocorreu tardiamente, no dia 9 de abril.

Louváveis também as inúmeras declarações do Magnífico Reitor e da Vice-reitora condenando a violência da PM. Esperava-se, contudo, mais do que isto. Esperava-se que houvesse ocorrido uma audiência com o Governador do Estado, na qual a UFMG apresentaria sua queixa em relação à desproporcionalidade e à violência utilizada pela PM. Agindo dessa forma, nossos representantes não estariam pré-julgando ninguém, mas, sim, defendendo constitucionalmente a instituição que eles representam.

É necessário também congratular o Magnífico Reitor professor Ronaldo Tadêu Pena pela sua atitude de colocar em discussão para o Conselho Universitário o convênio hoje existente entre a UFMG e a PM. Não se trata de defender o fim deste convênio, mas de debatê-lo profundamente. Várias questões devem e precisam ser suscitadas. A presença da PM no campus tem nos trazido segurança? Podemos equipar melhor a Divisão de Vigilância Universitária? Devemos continuar com segurança terceirizada? Por que não instalar câmeras digitais por todo o campus, monitorando-o 24 horas? Não podemos fugir a este debate.

É dever da Apubh suscitar o debate de temas que afetam diretamente os docentes. Pode-se aproveitar este trágico momento, sem deixar de esquecê-lo, para colocarmos em pauta temas como segurança, autonomia, liberdade de expressão e o livre pensar.

Elogiamos também o Conselho Universitário pela sabedoria em ampliar a comissão de sindicância criada, mas lamentamos o desrespeito com que a Apubh e os docentes da UFMG foram tratados. A comissão, inicialmente composta por um estudante e dois diretores de unidade, não nos pareceu justa. A presença de dois diretores, embora professores, não pode ser considerada como representativa da nossa classe. Houve uma ampliação na comissão, agora composta por dois diretores, um professor, dois estudantes e um funcionário técnico-administrativo. Sem dúvidas, uma comissão mais ampla e representativa. Aos estudantes e técnicos-administrativos foi permitido, pelo Conselho Universitário, a possibilidade de indicação dos representantes de suas classes. Por que a nós docentes este direito não foi concedido? Esta pergunta foi apresentada ao Magnífico Reitor no dia 10 de abril, em audiência com os estudantes pelo presidente da Apubh. Em resposta, o Magnífico Reitor afirmou não estar disposto a abrir mão da prerrogativa de indicar os membros de uma comissão de sindicância. Consideramos esta atitude extremamente equivocada.

Lembramos que, após anos de luta, conseguimos com que o Presidente da República abrisse mão do direito de escolher o Reitor e o Vice-reitor de uma lista tríplice montada pela comunidade universitária. Via de regra, a escolha recai sobre o mais votado da lista. Por que é tão difícil para o Reitor da UFMG abrir mão da sua prerrogativa, em função da transparência, da democracia e da independência de uma comissão?

É fundamental lembrarmos que, em momento algum, foi outorgado à Administração Central da UFMG o direito de representar politicamente os docentes da universidade. Este direito ainda pertence legitimamente a Apubh. É bom que fique claro para todos que uma votação substancial dentre os docentes na eleição para Reitor não significa que esta classe entregou ao titular do cargo a representação sindical.

Continuaremos intransigentes na defesa da autonomia universitária, da liberdade de expressão e contrários à repressão e à violência.

**Cenas da invasão – prisão arbitrária de alunos, ocupação, passeata e debate com Reitor**










Foto: DCE UFMG

Jornal da apubh

# depoimentos

## Violência inaceitável

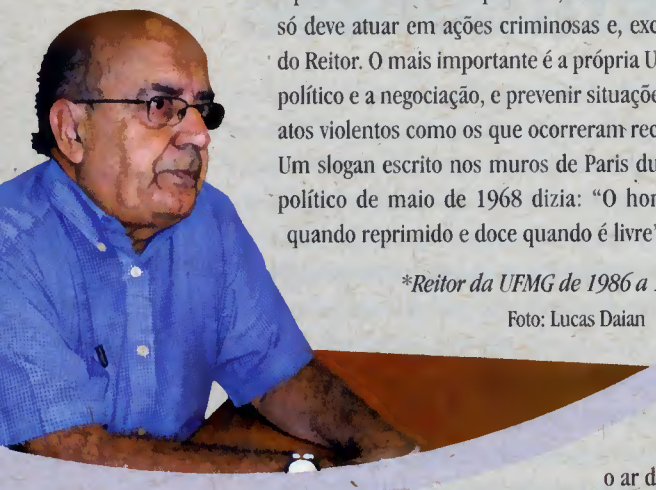
*Cid Velloso**

Durante o período do governo militar no Brasil, os Reitores exerceram uma forte resistência à entrada da polícia na área da UFMG. O objetivo foi preservar esse espaço de liberdade de expressão e impedir a ação política da polícia. Com a redemocratização do país, a conjuntura mudou: não havia mais necessidade de preservar esse espaço. Ao mesmo tempo, a violência intensificou-se no país, passando a ocorrer assaltos, seqüestros, roubos de carros e até desaparecimentos misteriosos de pessoas na Universidade. Foi necessário, então, estabelecer um mecanismo de vigilância policial permanente para coibir atos criminosos. Não é aceitável, entretanto, que a polícia atue em atos políticos, ainda mais utilizando a violência. A polícia só deve atuar em ações criminosas e, exclusivamente, por ordem direta do Reitor. O mais importante é a própria Universidade exercer o diálogo político e a negociação, e prevenir situações que possam resultar em atos violentos como os que ocorreram recentemente na UFMG.

Um slogan escrito nos muros de Paris durante o movimento político de maio de 1968 dizia: "O homem é violento quando reprimido e doce quando é livre".

**Reitor da UFMG de 1986 a 1990*

Foto: Lucas Daian



## Agressão

*Marcos Pimenta**

Vivi minha adolescência na época da ditadura, onde manifestações públicas eram reprimidas com violência pela PM. Nesta época negra, o campus da UFMG era um oásis de liberdade, um local onde a polícia jamais entraria. Ouvia histórias de reitores que haviam corajosamente impedido a entrada da polícia na UFMG.

O recente episódio no IGC mostrou como hoje é fácil a entrada da polícia no campus e revelou o lado sombrio do serviço de segurança contratado pela UFMG para nos proteger.

Diante de fatos graves que vêm ocorrendo no campus - roubos, assaltos, assassinato, é um absurdo ver a segurança reprimindo estudantes. Por outro lado, a proibição da exibição de um filme é uma agressão inaceitável à liberdade de expressão, por mais que o assunto incomode a setores de nossa comunidade, e revela o despreparo de seu responsável para exercer um cargo de direção na UFMG.

Espero que a reitoria coloque limites para a ação da segurança interna e preserve o ar de liberdade que queremos respirar na UFMG.

*Professor Titular – Departamento de Física - ICEx*

## Autonomia ferida

*Délcio Vieira-Salomon**

A recente invasão da PM no Campus da UFMG, além de acerbadamente condenada, por ferir em cheio a autonomia universitária, revela, no mínimo, o que há algo de errado na condução daquela que é considerada a segunda maior universidade brasileira.

Pelas declarações ouvidas e lidas até agora, ninguém se diz responsável pela convocação da PM para invadir o campus da universidade, espancar e prender estudantes e, draconianamente, sustar a sessão cinematográfica do Grass/Maconha e a discussão acadêmica que seguiria àquela apresentação.

Mais uma vez pairam perguntas sem resposta, escamoteia-se a verdade, levantando-se cortina de fumaça com as açodadas criações de comissões de inquérito, que nada ou pouco apuram.

Diante de episódios desta natureza, importa lembrar: quem responde em primeiro lugar pela defesa da autonomia universitária é a Reitoria.

A origem deste último atentado está no inconstitucional convênio feito pelo Reitor César de Sá Barreto com a PM mineira, aprovada pelo Conselho Universitário (quem sabe sem o devido aprofundamento da discussão que deveria preceder à aprovação) e, certamente, à revelia de todos os alunos, professores e funcionários da UFMG.

Urge denunciá-lo e que se aproveite a ocasião para reabrir o debate sobre a Autonomia da Universidade, a começar pela problematização dessa mesma autonomia na prática.

** Professor Aposentado Departamento de Sociologia e Antropologia FAFICH*

Foto: Lucas Daian



# Valeu a pena?

*Geraldo Luíz Guedes**

Não é possível que todo o aprendizado acumulado ao longo dos tristes anos de ditadura militar tenha sido deixado de lado. O episódio lamentável que a UFMG experimentou no dia 3 de abril deve receber total repúdio da comunidade universitária. Os que lutam pelo direito à livre manifestação não podem se calar diante de tamanha violência.



A Universidade é espaço paradigmático e, portanto, deve se constituir em guardiã dos ideais democráticos. Mesmo nos momentos mais difíceis, os que fizeram e fazem a UFMG jamais transigiram na defesa desses valores, que nos são muito caros.

É necessário que busquemos as razões para que fatos de tamanha gravidade não venham se repetir. Para além de medidas políticas e administrativas que apontem responsabilidade, torna-se fundamental que o debate não se esgote com a apuração da brutal invasão da UFMG.

Será que a nossa geração ou, pelo menos parte dela, abriu mão de sua história e hoje esteja cometendo injustificável omissão? Será que estamos sendo negligentes no trato de questões tão relevantes? Será que estamos abandonando nossa Juventude?

Sem dúvidas, meus caros companheiros, precisamos voltar ao mundo real.

Continuo acreditando que todo o passado valeu...

*Departamento de Medicina Preventiva Social
Faculdade de Medicina

A UFMG, neste momento, não tem, nem em seus quadros e nem através de terceirização, pessoal com treinamento adequado para exercer a segurança de pessoas no campus. Assim, não pode prescindir da colaboração da Polícia Militar. Entretanto, isto não dá o direito à Polícia de realizar no campus ações não solicitadas pelos dirigentes universitários e, muito menos, ações não compatíveis com o ambiente universitário, como aconteceu no IGC.

*José Francisco de Sampaio*
*Professor Titular*
*Departamento de Física - ICEX*

# Polícia no Campus? O que é isso, companheiros?

*Ivana Versiani Galery **

A pergunta parece antiquada? Hoje, nem Gabeira a faria?

Mas é preciso voltar os olhos ao passado, aprendendo com a história para não repeti-la como farsa.

A UFMG já foi defendida com honra e heroísmo, em plena ditadura militar.

Em 1964, o Reitor Aluísio Pimenta protestou contra a intervenção na Universidade. Foi afastado do cargo e, mais tarde, aposentado compulsoriamente.

Em 1968, o Professor Pedro de Bessa, diretor da Fafich, impediu que forças militares entrassem no prédio da Rua Carangola. Mais tarde, declarou que não fora só ele: toda a comunidade acadêmica – professores, alunos e funcionários – se solidarizaram com a Escola da invasão. O Professor Bessa recebeu total apoio do Reitor Gerson Boson que, pouco depois, foi também aposentado compulsoriamente, como tantos professores.



Em 1977, durante o 3º Encontro Nacional de Estudantes, realizado na Faculdade de Medicina, esta foi invadida por militares, que prenderam 125 estudantes. O fato causou tal comoção, que vários professores se reuniram espontaneamente para deliberar. Desse encontro resultou a criação da Apubh, com o objetivo de coordenar as ações políticas dos professores universitários de BH.

Por que tudo agora mudou tanto? A polícia entra no campus, chamada não se sabe bem por quem, distribui brutalidades, prende um estudante por "desacato à autoridade" (A polícia se tornou autoridade na UFMG). Tudo debaixo dos olhos das pessoas responsáveis. E nada acontece! O que é isso, companheiros?

*Professora Titular Departamento de Letras Vernáculas faculdade de Letras

Foto: Elisa Versiani Galery

# Desrespeito à autonomia?

*Tomáz Aroldo da Mota Santos**

O Convênio UFMG/PMMG prevê o policiamento ostensivo no campus para proteger o patrimônio e a comunidade acadêmica da UFMG. Não prevê ações nas Unidades, salvo solicitação expressa de autoridade competente.

É preciso saber o motivo da interferência da PM no episódio do IGC. Se tiver havido solicitação, a PM não terá desrespeitado a autonomia.

Isso não exclui possíveis equívocos: a solicitante não seria formalmente competente; a inconveniência da solicitação, e, mesmo solicitada, a atuação ruim da PM.

A Universidade não está acima da Lei. Não se pode tudo fazer na Universidade por ela ser autônoma. Desvios de conduta de membros da comunidade acadêmica são tratados nos termos do Regimento, que é modo do exercício da autonomia. Nesse sentido, intervenção policial para administrar conflitos internos, ou algo do gênero, pode ser excessiva, de inicio.

No caso, sendo debate, não havia sequer desvio de conduta. Espera-se que ocorram debates na Universidade, e esses devem ser garantidos. Mais salutar, se forem plurais.

A ação violenta da PM, no episodio, foi deplorável.

Embora positivo, o saldo do convênio com a PM nesses anos, nada impede sua reavaliação e seu aperfeiçoamento.

*Professor Associado 1
*Departamento de Bioquímica e Imunologia - ICB*
*Reitor da UFMG de 1994 a 1998*

# Jurídico

# Sindicato pleiteará na Justiça reajuste da vantagem pecuniária

*Ítalo Souza Nicoliello e*
*Flávia da Cunha Pinto Mesquita **

**O nosso assunto** nesta edição do Jornal da Apubh recai sobre a Vantagem Pecuniária Individual – VPI.

Esta verba foi concedida para todos os servidores públicos federais, no valor fixo de R$ 59,87, em 2003, ano em que ocorreu uma revisão geral da remuneração na proporção de 1% para todas as categorias, indistintamente.

O pagamento da VPI, como foi feito, configurou uma tentativa de burla à regra constitucional, que determina a concessão de reajustes gerais anuais na mesma data e em igualdade de índices para todos os servidores públicos federais. Isto, porque se trata de um incremento uniforme, que não contemplou as especificidades da remuneração de cada categoria em seus diversos níveis e padrões.

Existem, pois, fundamentos jurídicos para se postular uma revisão dos vencimentos e contemplar a distorção provocada pela concessão da VPI, pois o valor de R$ 59,87 corresponde ao percentual de 14,23% do menor vencimento da grade de remunerações do executivo federal.

Diante disso e em defesa dos seus filiados, a Apubh ingressará com ação, pleiteando a extensão do referido índice a todos os servidores, retroativamente a 2003.

Os interessados em participar dessa ação deverão entrar em contato com o Sindicato pelos telefones 3441-7211, nas 2as e 4as feiras, ou 3226-6991, nas terças, 5as e 6as feiras, e entregar a documentação necessária até 5 de junho.

Os documentos necessários para ingresso em juízo são:

1) termo de autorização para representação processual, com firma reconhecida em cartório - modelo à disposição na sede da Apubh e no sítio eletrônico da entidade www.apubh.org.br; cédula de identidade; CPF e contracheques dos últimos cinco anos, no mínimo de um por semestre.

**Tendo em vista a procura dos filiados, a Apubh abrirá novos grupos para ingresso das seguintes ações judiciais: 1) ação judicial que discute a redução das vantagens do Artigo 192 da Lei 8.112/90 ou a do Artigo 184 da Lei 1.711/52, em virtude da criação da classe de professor associado; 2) ação judicial que visa o pagamento das diferenças entre o valor recebido pelos aposentados a título de GED (115 pontos) e aquele pago aos docentes da ativa (140 pontos). Os interessados em participarem dessas ações deverão entrar em contato com a Apubh pelos telefones 3441-7211.**

** Assessores jurídicos da Apubh, integrantes do escritório Geraldo Marcos & Advogados Associados.*

# Convênios

**Livraria EntreLetras**
Rua Alagoas 1405 – Sobreloja 4 – Savassi – 3222-3182 • Desconto de 15% sobre preço de capa ou para pagamento parcelado em três vezes no cheque – entrada, 30 e 60 dias, ou em duas vezes sem juros no cartão Visa. http://www.livrariaentreletras.com.br

**Maioral Odontologia**
Drª. Nathália Magalhães Rossi e Drª. Fernanda Magalhães Rossi • Av. Antônio Abraão Caram 820 – sala 607 – Pampulha –3443-5488

**Pneus Nacional e Serviços**
Av. Antonio Carlos 6850 – Pampulha • Descontos de 50% sobre o preço de alinhamento e balanceamento; 10% sobre pneus e peças com pagamento em dinheiro; 5% sobre pneus e peças com pagamento no cartão parcelado em até seis vezes e 15% sobre o preço de mão-de-obra

# Aula na faculdade

## Tema: Cidadania e Participação

**"A sábia professora**, do alto de sua imensa simplicidade e complacência, escreveu no quadro a matéria do dia: Princípios da República Federativa do Brasil. Virando-se para a turma:

– Hoje falaremos sobre cidadania...

– .....

– A cidadania constitui um dos fundamentos, um dos princípios basilares de nossa República. Ela pode ser compreendida lato sensu ou stricto sensu. No lato sensu, a cidadania se refere a todo indivíduo que participa da vida pública brasileira, enquanto no stricto sensu, a cidadania significa estar no pleno exercício dos direitos políticos, e, portanto, se refere a todos os brasileiros que possuem o título de eleitor; ou seja, maiores de 16 anos.

– Como é que é, professora?! Que negócio é esse de sensu?

– É...Estou utilizando expressões em latim..., disse, olhando para a sala... para explicar, ruborizando-se. Em lato sensu ou sentido amplo, a cidadania se refere à participação ativa em sociedade, em que o indivíduo procura se inteirar das coisas que lhe dizem respeito, e, através da sua participação, procura modificar o que ele acha que não está bom.

– Ah, professora, diz outro aluno! Quem é que faz isso? Eu não vou perder meu tempo com os outros...Prá quê??? Tanta gente aí só roubando, só passando a mão...Olha os funcionários públicos, olha os políticos no Congresso Nacional. Não querem nada com nada! Eu tenho é que defender o meu!

– É, Marcelo! Mas se todo mundo pensar assim, como é que vai ser?

– No meu condomínio, falou Adriana, eu comecei a perceber que um lixinho que estava se acumulando só ia aumentando, aumentando...Um dia era papel amassado e bituca de cigarro; outro dia, tinha fralda de nenê – cheia! Acredita, gente?, disse ela, olhando para a amiga do lado. E o monte só foi aumentando!!! Gente, era na porta do prédio, e NIN-GUÉM fazia NAAA-DAAA!

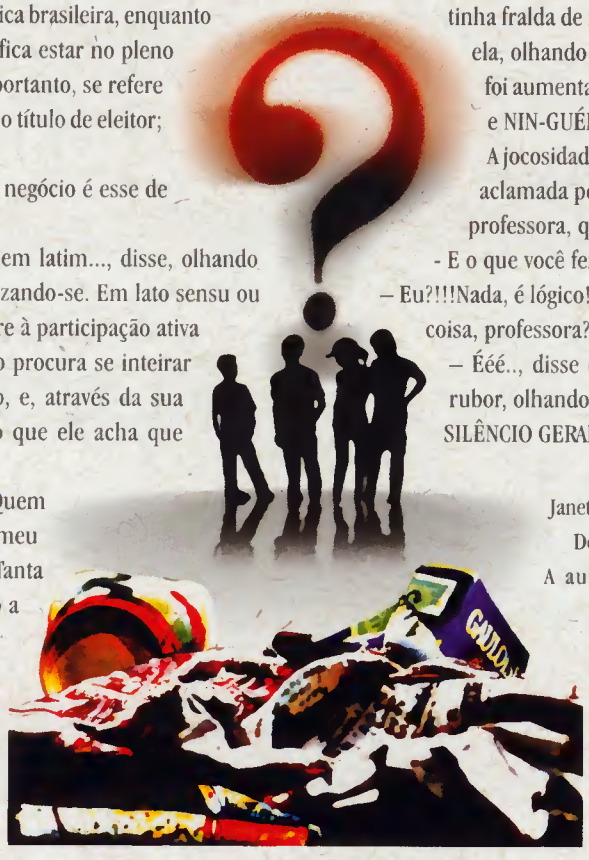
A jocosidade com que as palavras foram ditas foi aclamada pela risadaria geral até novo rubor da professora, que consegue retomar a palavra:

- E o que você fez, Adriana ?, perguntou ela.

– Eu?!!!Nada, é lógico! Porquê? Eu tinha que fazer alguma coisa, professora?

– Ééé.., disse com mansidão.Tinha!!!! com novo rubor, olhando a sala.

SILÊNCIO GERAL"



Janetti Nogueira de Francischi * Professora do Departamento de Farmacologia ICB-UFMG

A autora agradece a Juliana Duran, os comentários sobre o texto.

**Espaço do professor da UFMG no Jornal da Apubh.**

O artigo acima compõe uma série de textos sobre aspectos ligados ao trabalho dos docentes na rotina da Universidade - seu funcionamento, sua estrutura etc. O propósito é sensibilizar professores a apresentarem contribuições para problemas comuns. Sugestões de temas podem ser enviada para apubh@apubh.org.br /Assunto: Jornal da Apubh

Restaurante Roupa Velha
Rua Frei Leopoldo 321 – bairro Ouro Preto - 3047-2242 • Desconto de 10% sobre o consumo de alimentos

Comercial Muratori e Muratori
Rua Conceição do Mato Dentro 209, bairro Ouro Preto • Troca de óleo e filtros, higienização, troca de fluido de freio, limpeza de direção hidráulica e limpeza de radiador. Desconto de 10% sobre serviço prestado para pagamento à vista

Cantinho Pereira Pousada Rural Ltda.
Rua Pedro Gonçalves da Silva 200 - Gouvêia - Santo Antônio do Leite – Ouro Preto • Desconto de 10% sobre o preço total de balcão

apubh Jornal da

# Direito de representação

## Apubh requer cadeira para docentes no Conselho Universitário

Muitos de nós, talvez não tenham atentado para o fato de os docentes da UFMG não estarem representados no Conselho Universitário. De acordo com o Inciso VI do Artigo 8º do Estatuto da universidade, o Conselho Universitário deverá contar com a presença de professores eleitos pelos seus pares. Isto jamais ocorreu! Hoje, elegemos nossos pares para o CEPE, para a CPPD e para o Conselho de Curadores. Intrigante é o fato de o Conselho de Diretores ter em sua composição estudantes e técnicos-administrativos, e não haver, sequer, previsão para a presença de docentes.

Preocupada com a falta de representatividade da nossa classe no Conselho Universitário, a Apubh solicitou, no dia 2 de abril, através de ofício ao Magnífico Reitor, professor Ronaldo Tadêu Pena, a imediata regulamentação do inciso do Estatuto da UFMG, para a realização de eleições, o quanto antes. Obtivemos uma resposta, ainda não oficial, de que este assunto será pautado o mais rapidamente possível no Conselho Universitário.

Quanto à representação no Conselho de Diretores, a Apubh estuda a possibilidade de apresentar um pedido de modificação do estatuto. Isto, porque consideramos inadmissível não termos pares no Conselho de Diretores, nos moldes dos outros conselhos superiores, enquanto as outras categorias estão representadas. Afinal, uma Universidade se faz com estudantes, técnicos-administrativos e docentes. E na UFMG existe um grave vazio nesta relação, que precisa ser superado.

# Proifes cobra do Governo **acordo salarial**

A diretoria do Proifes encaminhou ao MEC, em 22 de abril, ofício cobrando o envio de uma MP ao Congresso Nacional para cumprimento de acordo de reajuste de vencimento e reestruturação da carreira dos docentes, firmado em 5 de dezembro de 2007.

A entidade lembra que 1º de março foi o prazo inicial para vigência dos novos níveis remuneratórios, mas nenhum documento foi encaminhado ao Legislativo. "Como conseqüência, se instala, junto ao professorado, um clima de crescente perplexidade e de descrença em relação ao cumprimento do acordo".

Os debates entre o MPOG, MEC e representações sindicais se estenderam de 9 de agosto de 2007 a 20 de março de 2008, num processo considerado inovador pelo Proifes, pois compatível com as metas do futuro Sistema Nacional de Negociação Coletiva, que visa canais permanentes de negociações com o Governo.

Os resultados das negociações incluíram reivindicações históricas dos docentes e a perspectiva de valorização e expansão, com qualidade, dos sistemas das Ifes e da Educação Básica, Técnica e Tecnológica. Por isso, "é fundamental essa experiência ser bem sucedida e não ofuscada pela excessiva demora na implantação de medidas que consolidem os acordos".

nossacoop
A Nossa Cooperativa de Crédito

11 ANOS
Marco do Sucesso



Em seu décimo ano de funcionamento e com mais de 6 mil associados, a NOSSACOOP é prova irrefutável de que é possível criar formas alternativas de organização da sociedade, especialmente quando isso é feito de forma espontânea e alicerçada no espírito de associativismo. Venha conhecer a NOSSACOOP e fazer parte desta cooperativa que se tornou uma das maiores e mais sólidas cooperativas de crédito de Minas Gerais.

**SEDE *CAMPUS* UFMG**
Av. Antônio Carlos, 6627 - Praça de Serviços - 2º andar - Bairro Pampulha
Belo Horizonte - MG - CEP: 31270-901
PABX: (31) 3492-8616

**PAC-CEFET**
Av. Amazonas, 5253 - Lojas 237/239
*Campus* I CEFET - Bairro Nova Suíça
Belo Horizonte - MG - CEP: 30480-000
Telefax: (31) 3371-1644

**PAC-*CAMPUS* SAÚDE**
Av. Alfredo Balena, 190 - Subsolo Sala 101 - Bairro Santa Efigênia
Belo Horizonte - MG - CEP: 30130-100
Telefax: (31) 3274-2266

**PAC-NOVOS HORIZONTES**
Rua Alvarenga Peixoto, 1270 - Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte - MG
CEP: 30180-120 -
Telefax: (31) 3292-2222

**PAC-JOÃO PINHEIRO**
Alameda das Acácias, 70 - Bairro São Luiz
Belo Horizonte - MG
CEP: 31275-150 - Fone: (31) 3448-9475

**PAC-UNIMONTES**
*Campus* Universitário Prof. Darcy Ribeiro
Prédio 2 CCH - Sala 30 Bairro Vila Mauricéia
Montes Claros - MG - CEP:39401-089
Fone: (38) 3223-6205/3229-8024
Fax: (38) 3222-9460

www.nossacoop.com.br - e-mail: nossacoop@nossacoop.com.br

**Remetente** Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros - Apubh
Rua Arthur Itabirano 70 – Pampulha – CEP 31.275-020 • Belo Horizonte -MG